

# **O abandono de crianças na cidade da Parahyba na década de 1870: visões dos provedores da Santa Casa de Misericórdia**

**Luiza Iolanda Pegado Cortez de Oliveira**

Mestranda em História

Universidade Federal da Paraíba

A prática do abandono de crianças é um tema que tem despertado interesse nos estudos contemporâneos, especialmente em razão da escassez de pesquisas. Esta ação é vista como uma transgressão à política social posta em prática, em especial, na segunda metade do século XIX. Em fins do período mencionado, há o estabelecimento de uma política jurídica e médica, amparada pelo discurso religioso, que visa à formação de trabalhadores e cidadãos sadios, tanto no aspecto moral quanto sexual. Destinada às mulheres, a ideia de responsabilidade com as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos tornava-se cada vez mais apropriada por essa política. Responsáveis pela formação de uma descendência saudável, elas passaram a incorporar práticas e valores que começam a ser instituídos nas classes médias e que, posteriormente, foram levados às classes populares. Entretanto, muitos nascimentos eram indesejados e a gravidez se transformava em angústia. Em alguns desses casos, recorria-se a práticas como o aborto, o abandono de crianças ou até mesmo o infanticídio, recurso frequentemente utilizado na vida da mulher escrava, enquanto forma de resistência e libertação ao sistema escravista. Este trabalho tem como espaço de estudo a cidade da Parahyba, no século XIX, na década de 1870. Busca-se trazer o discurso religioso dos provedores da Santa Casa de Misericórdia no período abordado. A pesquisa será realizada com base em uma análise documental da época, por meio dos relatórios dos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Os referenciais teóricos correspondem a estudos contemporâneos sobre história das mulheres, da infância, da família, da sexualidade e da morte. Espera-se contribuir para o campo dos estudos históricos que envolvem as mulheres, possibilitando assim uma maior compreensão desse segmento, ao pôr em foco algumas de suas rebeldias e transgressões.

**Palavras Chaves:** abandono de crianças; Parahyba; século XIX

## **Introdução**

O objeto desta pesquisa refere-se à prática do abandono de crianças, a partir do olhar dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, nos anos de 1870. Busca-se investigar as práticas, os discursos e os comportamentos envolvidos neste ato. Além disso, objetiva-se especificar o modo de atuação da Santa Casa de Misericórdia na Parahyba, no que se refere ao recolhimento de crianças abandonadas, e apontar os perfis de histórias de vida familiar, com apoio de documentos da época em análise e de pesquisas históricas contemporâneas.

O abandono de crianças é compreendido neste trabalho como uma interrupção na descendência das genitoras, assim como o aborto e o infanticídio. Buscar as razões dessa quebra da continuidade hereditária e familiar, entender a família numa concepção mais ampla, inclusive como apenas a presença de mãe e filho, e traçar o perfil dessas mulheres, cujo período refere-se ao século XIX, na década de 1870, apresenta-se como desafio e necessidade. Como afirma Soihet (1997, p.295), “A escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores”.

A metodologia deste trabalho assenta-se em pesquisas realizadas nos relatórios dos provedores da Santa Casa de Misericórdia, correspondentes à década de 1870. Esses documentos encontram-se no Arquivo da própria Igreja da Misericórdia, localizada na avenida Duque de Caxias, Centro de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Com base em leituras desses relatórios, buscamos relacioná-los a estudos contemporâneos sobre análise do discurso, história das mulheres, da infância e da família.

Os documentos relatoriais dos provedores da Santa Casa de Misericórdia tinham por objetivo trazer os principais acontecimentos relacionados às despesas com cemitérios, pensionistas, crianças expostas e à situação da própria Igreja. Informações sobre patrimônio, dívida ativa e passiva, hospital e número de enfermos e mortos podem ser encontradas nesses documentos. Procuraremos trazer, neste artigo, os trechos que consideramos mais apropriados ao tema em estudo.

Desse modo, este trabalho encontra-se disposto da seguinte forma: no Capítulo 1, faremos breves considerações sobre a interrelação entre história das mulheres e história da infância. No Capítulo 2, discutiremos os discursos sobre a mulher, trazendo facetas dos discursos médico, jurídico e religioso. No Capítulo 3, abordaremos as concepções de família, corpo, sexualidade e infância no período imperial. No Capítulo 4, por sua vez, trataremos das origens da Santa Casa de Misericórdia, dando relevo à atuação do estabelecimento paraibano. Por fim, teremos as Considerações Finais deste trabalho que, distante de esgotar o tema, busca trazer contribuições aos estudos históricos sobre os temas em foco.

## **1 História das mulheres, história da infância e análise do discurso: breves considerações**

Ao tratarmos de uma análise histórica que tem como ponto de partida a história das mulheres, constatamos, conforme elucida Mary Del Priore (2000), que esse tema não se refere apenas às mulheres, mas também compreende a família, a criança, a literatura, assim como diz respeito à história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência sofrida. Envolve, enfim, um olhar amplo para o seu local social e suas relações em determinado período.

Busca-se pensar a mulher não apenas a partir de traços biológicos, mas também envolvendo aspectos socialmente construídos<sup>1</sup>. Simone de Beauvoir (2008, p.21), ao realizar um trabalho sobre as mulheres e os mitos que as cercam, trouxe alguns resultados esclarecedores sobre uma pesquisa realizada por uma revista francesa, cuja pergunta: “O que é uma mulher?”<sup>2</sup>, obteve uma resposta que considerou convidativa para uma análise: “*Tota mulier in utero: é uma matriz*”<sup>3</sup>. Essa afirmação corresponde a uma visão amplamente difundida, no mundo cristão e ocidental, de que a mulher e a maternidade são sinônimos. Portanto, o desvelo e sacrifício são características defendidas como intrínsecas ao gênero feminino.

Destinada às mulheres, a ideia de responsabilidade com as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos tornava-se cada vez mais apropriada através dessa política social. Como aduz Abreu (2000), elas compunham a base moral da sociedade, sendo responsáveis pela formação de uma descendência saudável. Essa perspectiva relaciona-se também a uma mudança na concepção de infância, sendo elaborado, a partir do século XVI, na Europa, um novo discurso sobre a criança, com base em opiniões e estudos de religiosos, psicólogos, filósofos e médicos. Paulatinamente, a criança passa a ser percebida como um ser em formação que, se bem cuidada, viria a tornar-se um adulto. Conforme elucida Ariès (1981), os pais – em especial a mãe – tornam-se os principais responsáveis pela sobrevivência de sua prole; essa responsabilidade se deu através de práticas e valores que começam a ser instituídos nas classes abastadas, e que posteriormente foram levados às classes populares.

---

<sup>1</sup> Vide Leila Mezan Algranti (2002).

<sup>2</sup> Texto original, em francês : «Qu'est-ce qu'une femme?».

<sup>3</sup> Texto original, em latim e francês: «*Tota mulier in utero: c'est une matrice*» A primeira frase refere-se a uma premissa dos estudos ginecológicos do séc. XIX, através da qual se concebe a mulher como uma metonímia uterina. A escolha de “matriz”, na tradução, como palavra mais apropriada ao contexto provém do sentido de “molde para a reprodução”.

Como afirma Perrot (2003), por mais que a maternidade represente uma dádiva para a mulher desse período, e a esterilidade, por conseguinte, simbolize uma maldição, muitos nascimentos eram indesejados e a gravidez passava a se transformar em angústia. Nesses casos, recorria-se a práticas como o aborto, o abandono ou até mesmo o infanticídio. Este, como traz Reis (2001), era um recurso frequentemente utilizado na vida da mulher escrava, enquanto forma de resistência e libertação ao sistema escravista.

Todavia, o infanticídio tornou-se cada vez mais difícil de ser praticado, em razão da repressão feita pela Justiça e pela reprovação social, que se sensibilizava com a existência da criança. Nesse aspecto, o abandono e o aborto tornaram-se os recursos mais utilizados em casos de rejeição a nascimentos imprevistos, sendo o aborto, em determinados casos, “[...] uma negativa em gerar filhos para a escravidão, tanto que eram conhecidas as habilidades dos africanos e seus descendentes nas técnicas abortivas, mesmo não sendo eles os únicos a praticá-las” (REIS, 2001, p.114).

Na legislação brasileira do século XIX, não havia uma definição jurídica para o “exposto”. De acordo com Arend (2010), para uma parte da população brasileira desse período, os termos “exposto” e “enjeitado” possuíam uma significação diferente. Expor era deixar à míngua, abandonando as crianças em público à mercê de intempéries e animais, enquanto no ato de enjeitar havia uma preocupação com o destino dos filhos, existindo uma intenção de salvar a vida dessas crianças. Exemplo de exposição pode ser visto no relato do padre Lindolpho José Corrêa das Neves, em 1874, na cidade da Parahyba:

Foi encontrada em uma noite invernosa, exposta em uma calçada do ermo becco das Mercês, uma recém-nascida, que quase é esmagada pelo cidadão, que a encontrou. Em vista do lugar, e a ocasião parece, que Ella foi propositalmente exposta a um de três gêneros de morte violenta. Asphixia, pela água das goteiras, que sobre esta cahiam, pisada, ou devorada pelos animais que vagam soltos a noite pela cidade (Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia, 1874).

Nesse sentido, as Santas Casas de Misericórdia exerciam importante papel no recolhimento das crianças abandonadas. Elas eram consideradas os melhores locais, em termos de higiene e recursos, para acomodar as crianças. Segundo Nóbrega e Mariano (2009), a primeira Santa Casa surgiu no Rio de Janeiro em 1582, com o intuito de fazer caridade, auxiliando os enfermos. Com o crescimento gradativo da população e da pobreza, passaram também a recolher e abrigar as crianças abandonadas. Na cidade da Parahyba, o recolhimento dos abandonados ocorria na Igreja da Santa Casa de Misericórdia, fundada em

meados do século XVI por Duarte Gomes da Silveira, e localizada no centro da capital. Essa instituição mantinha as crianças que eram abandonadas na Roda dos Enjeitados ou no Hospital de Caridade, que funcionava ao lado da Igreja.

Como bem elucida Soihet (1997), faz-se importante relativizar o aspecto da sujeição feminina, ao trazer à tona algumas de suas rebeldias e transgressões. Proceder a essa análise, portanto, é essencial para registrar a memória das mulheres, possibilitando assim uma maior intimidade com este segmento e, por conseguinte, ampliar os horizontes da história.

No capítulo seguinte, iremos trabalhar com os discursos sobre a mulher em voga no século XIX. Os discursos são percebidos como estruturas elaboradas de pensamento que são especialmente apropriadas por instituições, possuindo repercussões em casos individuais e em situações coletivas. Eles encontram-se difusos em espaços variados; assim, buscamos, nesse estudo, uma análise das diferentes redes e níveis aos quais os acontecimentos em foco pertencem. De acordo com Foucault (2007, p.2)

Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se. [...] as regiões onde a grelha mais se aperta, onde os quadrados negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, algumas dos seus mais temíveis poderes.

Desse modo, interrelacionar o discurso religioso, o médico e o jurídico sobre a mulher faz-se necessário para ampliar a compreensão sobre a sua situação no século XIX.

## **2 Os discursos sobre a mulher**

### **2.1 Discurso religioso**

Neste tópico, pretendemos discutir o ponto de vista religioso acerca da mulher. Herdeira de Eva e de Maria, agregava em si os ideais contrastantes de pecado e pureza. Como atribuição original e redenção, estava a virgindade, materialização da honra e virtude. Essa condição apenas poderia ser modificada sob os auspícios do sagrado matrimônio e das bênçãos da família. Desse modo, a maternidade surge como um dom e fato legítimo durante

o curso do casamento. A mulher, então, símbolo da abnegação e sacrifício, deve orientar sua vida na construção de uma prole saudável física e moralmente.

Nesse sentido, para ilustrar a construção religiosa acerca da mulher, utilizaremos relatos dos padres provedores da Santa Casa de Misericórdia que, ao receber crianças abandonadas aos seus cuidados, faziam considerações sobre a virtude e confiabilidade das mulheres que abandonaram seus filhos. No trecho a seguir, podemos perceber a reprovação do padre Lindolpho José Corrêa das Neves, em relatório de 1874, ao ver que a mãe de uma criança, que havia sido exposta às intempéries, a queria de volta: “Hoje a intitulada mãe a reclama, e tenho recusado entrega-lha, porque seu amor materno foi minimamente tardio para me inspirar confiança.”

Esse parecer sobre a validade da maternidade pode soar, em um primeiro momento, sem maiores consequências. Entretanto, o discurso religioso encontra-se na origem de um ato de fala e que, indefinidamente e para além de sua formulação, gera resultados; eles são ditos, ficam ditos, e estão por dizer, em um processo contínuo de movimento na sociedade<sup>4</sup>.

De acordo com Gonçalves (1987), estudar atos de instituições, como o recolhimento de crianças nas Santas Casas de Misericórdia, implica numa reflexão sobre um tipo de moral que conduzia as relações familiares. Os asilos dos enjeitados encontravam-se no estado de reguladores de desvios familiares; eram estabelecimentos que funcionavam como lugar de destino para os filhos de uniões ilegítimas, seres que possuíam histórias que deveriam ser escondidas, seres sem família.

Os preceitos e regras que orientavam esses lugares estavam fundados no cristianismo, em especial na Igreja Católica; para a moral cristã, as práticas reprodutivas estavam restritas ao casamento. A procriação fora do matrimônio estava sujeita a recriminações e a sanções, tanto em nível religioso quanto social, espaços que, como bem lembra Gonçalves (1987), tendiam a se confundirem.

## 2.2 Discurso médico

A questão médica, especialmente no século XIX, esteve orientada, no Brasil, pela questão urbana e pela ideia sanitária. A partir dos primeiros anos da década de 1850, há uma

---

<sup>4</sup> Vide Foucault (2002)

transição do trabalho escravo para o trabalho livre, existindo uma maior necessidade de adequação social às mudanças que estavam em curso. Exemplos disso são a Lei do Ventre Livre, de 1871, e da Abolição da Escravatura, que acabou ocorrendo em 1888. Percebe-se nesse período a existência de uma série de discursos que buscam controlar a conduta da população.

Construindo orientações em prol de uma higienização moral e física da sociedade, os “homens de ciencia”<sup>5</sup> procuram definir uma sociedade sã, a partir de um espaço sem doenças, mas também sem crimes, revoltas ou revoluções.<sup>6</sup> Na cidade da Parahyba, a situação não diferia muito das demais capitais das províncias no tocante à considerada crítica situação de falta de higiene e insalubridade; esse quadro era passível de um olhar crítico de viajantes e sanitaristas<sup>7</sup>.

Essa política voltada à população – ou biopolítica da população – , conforme traz Foucault (2008b), tomou forma por meio de técnicas e táticas que foram postas em prática por uma série de instituições, tanto de caráter público quanto privado, em dois pólos relacionados: as idéias de corpo como máquina e o corpo-espécie. Esse segundo aspecto incidiu, principalmente, nas relações no âmbito familiar. De acordo com o autor, “[...] é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação etc” (FOUCAULT, 2008b, p.289).

Nesse sentido, ocorreu uma formalização e uma legitimação do saber médico. Houve, no período oitocentista, a constituição da Arte Obstétrica no Brasil, por edital de D. João VI; esse saber foi incluído nas disciplinas que inauguram as escolas de medicina e cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808.<sup>8</sup> Em 1813 e 1815, as Escolas Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente, passam a se chamar Academias Médico-Cirúrgicas. Nesse período, seus currículos sofreram alterações, com o acréscimo de várias cadeiras; entre elas, uma de introdução à Higiene. Com a regulamentação do ensino médico na

---

<sup>5</sup> Na segunda metade do século XIX, havia uma tendência da época, no país, de valorização da ciência. Esta não se constituía apenas em ofício; era, antes de tudo, um sacerdócio. Também se configurava em assunto comum em meio às conversas de homens bem educados e que estavam a par dos debates europeus. O “cientista”, nesse período, ganhará destaque; o século XIX é o tempo das especializações, das sínteses e dos limites entre áreas de conhecimento. Para maiores informações, vide Lília Moritz Schwarcz (1995).

<sup>6</sup> Nesse sentido, ver o estudo de José Carlos Barreiro (2002), que traz as perspectivas dos viajantes sobre as cidades e as populações no século XIX.

<sup>7</sup> Vide Maurílio Augusto de Almeida (1982).

<sup>8</sup> Vide Anayansi Correa Brenes (1991) e Lília Moritz Schwarcz (1995).

colônia, inicia-se uma discussão para afirmação de um novo modelo para formação dos profissionais da medicina, e para a constituição de um saber reconhecidamente oficial no Brasil.

No que concerne às práticas obstétricas, os médicos parteiros, então oficializados e legalmente constituídos, entravam no trabalho de parto e nos cuidados pré e pós-parto, assim como na identificação e tratamento de doenças venéreas e no aborto. A entrada desses médicos especializados nas práticas do parto, antes pertencentes aos domínios das parteiras, inaugurou um saber fisiológico e anatômico do corpo feminino a partir de uma ótica masculina<sup>9</sup>.

De acordo com Esteves (1989), em relação ao abandono de crianças, existem teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que se justificam mutuamente ao indicar a libertinagem, a devassidão e o pecado como causas prioritárias da existência de crianças enjeitadas. De acordo com esses médicos, a Roda dos Enjeitados significava a civilização, pois livrava os filhos da morte certa em razão dos erros de seus pais.

### 2.3 Discurso jurídico

Neste item, buscaremos tratar a percepção jurídica sobre a mulher, em especial daquela que abortava, matava ou abandonava seus filhos. Muitas mulheres, ao se depararem com uma gravidez indesejada, recorriam, por vezes, às mencionadas práticas. Segundo Sheila de Castro Faria (2010), essa gestação, em muitos casos, era resultado de uma relação incestuosa, de relacionamento com eclesiásticos, de estupro ou da escravidão; essa afirmação não quer dizer que todos esses pontos concorriam da mesma maneira, mas se constituíam em fatores relevantes no abandono ou morte de crianças.

É especialmente a partir da segunda metade do século XIX que as Ciências Jurídicas, a Medicina e a Psiquiatria se voltaram para as denominadas “aberrações sexuais”, para os amores “contra a natureza”, para os “maníacos e perversos”, pois a essas ciências interessava analisar estes fenômenos para mantê-los à margem, para melhor conservar a integridade e a saúde dos indivíduos normais.<sup>10</sup> Nesse sentido, é interessante a referência a Foucault (2007, p.5)

---

<sup>9</sup> Vide Emily Martin (2006).

<sup>10</sup>



Penso ainda na maneira como um todo tão prescritivo quanto o sistema penal foi encontrar os seus alicerces ou a sua justificação, em primeiro lugar, claro, numa teoria do direito, e depois, a partir do século XIX, num saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se na nossa sociedade a própria palavra da lei só pudesse ter autoridade por intermédio de um discurso de verdade.

A mulher, então, que praticava aborto, abandono de crianças ou infanticídio enquadrava-se em um tipo indesejado pela sociedade; era um modelo a ser punido, servindo como exemplo de um agir que não se encaixava nos padrões de civilidade.

### **3 Representações sociais sobre as mulheres na sociedade brasileira imperial: família, corpo, controle e interdito da sexualidade**

#### 3.1 A(s) família(s) na sociedade imperial brasileira

Para discutir as mulheres na sociedade brasileira imperial faz-se necessário entender o modelo familiar tradicional da época, assim como suas variações. A família, então, seria a porta de entrada para a compreensão dos diferentes locais sociais ocupados pelas mulheres.

Para isso, devemos circunscrever o conjunto de características que atribuímos à ideia de família. Trata-se de um grupo concreto de pessoas ligadas por laços de consanguinidade ou aliança que ocupam diferentes lugares em uma hierarquia interna? Ou seria uma representação social feita com base nessas relações consanguíneas e de alianças, sendo não uma realidade positiva, mas algo simbólico?<sup>11</sup>

Nesse sentido, uma análise do modelo de Gilberto Freyre sobre a família patriarcal brasileira é imprescindível, pois é uma das referências clássicas sobre uma concepção única e genérica da família brasileira<sup>12</sup>. Ao perscrutar sua análise, Almeida (1987) afirma que dois tipos de leitura podem ser feitas: a primeira se propõe a comprovar os argumentos de Freyre enquanto válidos para explicar a organização familiar; a segunda concebe o modelo freyriano não como uma descrição da família brasileira, mas como uma representação dela, enquanto ética que envolve o conjunto de relações presentes no que chamamos “família”. Assim, a

---

<sup>11</sup> Vide Angela Mendes de Almeida (1987)

<sup>12</sup> Em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mocambos*, Freyre delinea o perfil familiar patriarcal brasileiro no período colonial e nos períodos subsequentes.

sociedade familiar seria multifacetada, flexível e complexa, indo além da descrição tradicional de sua organização.

Segundo Antonio Candido (1951, p.2),

[...] Antes de 1780, um poeta luso-brasileiro envolveu o tipo clássico de pai de família em um soneto que reproduz fielmente a concepção de organização doméstica de então:

Quando o torcido buço derramava  
terror no aspecto ao português sisudo  
Quando, sem pó nem óleo, o pente agudo  
duro, intenso, o cabelo em laço atava...  
Quando a mulher à sombra do marido  
tremor se via; quando a lei prudente  
zelava o sexo do civil ruído.  
Feliz então, era só inocente  
era de Luso o reino. Oh! Bem perdido!  
ditosa condição, ditosa gente!

Após um estado inicial caracterizado por acentuada promiscuidade sexual, este foi o tipo ideal de família brasileira até o século XIX. Era mantido pela força do direito, da religião e da moral.<sup>13</sup>

### 3.2 Os papéis das mulheres na sociedade brasileira Imperial: a maternidade e as práticas interruptivas (aborto, abandono de crianças e infanticídio)

Um elemento decisivo para a construção da perspectiva tradicional de família é o caráter quase místico da natureza feminina. Formulada entre os séculos XVIII e XIX, no limiar da revolução burguesa, essa concepção buscou demonstrar, por um lado, a igualdade dos homens perante a lei e, por outro, a natureza diferenciada das mulheres<sup>14</sup>.

A desigualdade, desse modo, não era determinada por Deus ou pelo Rei, apesar de encontrar justificção nessas entidades, mas pela natureza, fator incontornável. A ideia de instinto materno encontrará guarida na ciência do século XIX, transformando-se em fator legitimado por um saber científico e condicionante das atividades da mulher.

---

<sup>13</sup> Texto original, em inglês: "Prior to 1780 a Luso-Brazilian poet involved the classical type of the father of the family in a sonnet which is a true indicator of what then was conceived of as the pattern of domestic organization: [...] Following an initial state characterized by an accentuated sexual promiscuity, this was the ideal type of Brazilian family until the nineteenth century. It was reinforced by all the force of law, of religion, and of morals."

<sup>14</sup> Vide Beauvoir (2008).

As práticas interruptivas da maternidade (aborto, abandono de crianças e infanticídio) serão, então, estudadas como tentativas, nem sempre conscientes, de burlar determinações impostas por papéis pré-definidos; a ideia da prevalência da maternidade acima de qualquer postura deixou de ser seguida por muitas mulheres. Em muitos casos, outra responsabilidade pesava na decisão de interromper o vínculo da maternidade: o medo de serem vistas como impuras, devassas e desonradas. Em outros, questões como a falta de condições materiais para estabelecer cuidados com a prole e a negativa de gerar filhos para a escravidão se fizeram predominantes. Renato Pinto Venâncio (2008) levanta a possibilidade de essas práticas funcionarem como uma forma de controle de natalidade.

De acordo com Almeida (1996), a recusa à maternidade ainda assumia outro caráter: a rejeição à amamentação e aos primeiros cuidados. Amamentar era considerado um ato vulgar; além disso, o período da amamentação era considerado incompatível com as relações sexuais: pensava-se que o esperma estragava o leite, e que o intercuro carnal fazia voltar a menstruação. Desse modo, a criança era entregue às amas de leite, vistas como recurso indispensável para os cuidados e criação da prole, especialmente das famílias abastadas.

Assim, são perceptíveis divergências no ideal de castidade e submissão das mulheres. Como afirma Samara (1987), apesar de no plano da legitimidade a autoridade ainda permanecer nas mãos dos homens, os valores tradicionais, na prática, estavam sendo afetados, e eram até mesmo burlados por atuações femininas.

#### **4 A atuação da Santa Casa de Misericórdia no recolhimento de crianças abandonadas/enjeitadas/expostas: o caso da Parahyba na fase filantrópica**

##### **4.1 Origens das Santas Casas de Misericórdia**

Em termos funcionais, as Santas Casas de Misericórdia organizavam-se como Irmandades e eram instaladas nas Capitânicas Reais e em algumas vilas de importância estratégica para os objetivos da colonização portuguesa.

É importante ressaltar que as Santas Casas de Misericórdia seguem o Compromisso de Lisboa, datado de 1498, mas cuja forma impressa remete a 1516; ele continha princípios

para o exercício de suas funções, tanto no Reino quanto nos territórios d'além-mar<sup>15</sup>. As Casas de Misericórdia tiveram grande desenvolvimento em Portugal, espalhando-se na metrópole e nas colônias. No Brasil, constituíram-se em instituições modelos de organização em matéria de assistência social e hospitalar. A Irmandade da Parahyba também adotara o mencionado compromisso, sendo também responsável pelos cuidados com doentes, crianças abandonadas, presos, pessoas em extrema situação de necessidade e pelo sepultamento de escravos e condenados à morte.

A primeira fase de atuação da Santa Casa de Misericórdia foi denominada caritativa e de assistência, que resultou na criação de três rodas de expostos no período Colonial (Bahia, em 1726; Rio de Janeiro, 1738; e Pernambuco, em 1789). A segunda fase, intitulada fase filantrópica, foi inaugurada em 1828, com a divisão de tarefas do cuidado das crianças abandonadas com as Câmaras Municipais e Assembleias provinciais. De acordo com o art. 69 da Lei dos Municípios de 1828, elas deveriam zelar pelo estabelecimento e conservação das casas de caridade.

A roda dos expostos tinha por objetivo receber as crianças rejeitadas por seus genitores. Era um método bastante utilizado para quem escolhia o abandono como forma de desligamento do vínculo com a criança; vale destacar que muitos recorriam a esse mecanismo devido à preservação do anonimato.

#### 4.2 A Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

Na cidade da Parahyba, a Igreja da Santa Casa de Misericórdia foi fundada por Duarte Gomes da Silveira em meados do século XVI, estando localizada na antiga Rua Direita, atual Duque de Caxias.

De acordo com Seixas (1987), a Santa Casa da Parahyba era composta pela Igreja da Misericórdia e pelo Hospital da Caridade, que se situava ao lado da Igreja. De acordo com as normas da instituição, o Hospital se anexava ao estabelecimento religioso; este precedia

---

<sup>15</sup> Estes princípios, baseados nos ensinamentos de São Tomás de Aquino, constituíam-se em 14 obras de misericórdia, sendo 7 espirituais e 7 corporais. As sete primeiras são: ensinar os simples; dar bom conselho; corrigir com caridade os que erram; consolar os que sofrem; perdoar os ofensores; sofrer as injúrias com paciência; rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Por sua vez, as sete corporais: remir os cativos e visitar os presos; curar e assistir os doentes; vestir os nus; dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos; sepultar os mortos (Fonte: <<http://www.scml.pt/default.asp?site=historia>> Acesso em 10 mai 2012).

aquele, a fim de atender a necessidade de primeiro erguer a sede da corporação: a Igreja da Misericórdia.

À frente da Santa Casa, no cargo de provedor, encontravam-se figuras de grande evidência e prestígio no mundo político, social, econômico e religioso durante os períodos colonial, monárquico e republicano.

Em se tratando da Parahyba, no conjunto de Leis e Decretos de 1860-1861, há a Lei nº 13 de 9 de agosto de 1860, que autoriza a arrecadação de receita especificada, assim como é autorizada à Igreja da Santa Casa de Misericórdia despende no dito ano a quantia de Rs. 20.400\$, em situações relacionadas aos enjeitados (PARAÍBA, 1861).

Apesar das contribuições, segundo relatos de provedores, era tarefa difícil de cumprir com eficiência e qualidade: “na falta de um estabelecimento apropriado continuam as creanças expostas a ser confiadas a mulheres pobres, que se encarregam de pensal-as, mediante a retribuição de 7.000 réis mensaes.” (RELATÓRIO..., 1889).

#### 4.3 Olhares dos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba sobre o abandono de crianças na década de 1870

De acordo com as normas adotadas pelo Compromisso da Irmandade, segundo Seixas (1987), todos os Irmãos eram elegíveis para qualquer cargo, à exceção de provedor. Este cargo exigia o requisito de fidalgo ou nobre, além das qualidades de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade. Essas exigências se constituíam em um meio de utilizar o prestígio da nobreza em favor da instituição, a fim de angariar recursos, doações e auxílio governamental.

Os relatórios dos provedores eram documentos anuais que visavam a uma espécie de prestação de contas à Igreja, ao governo provincial e à própria comunidade. Neles, encontramos listas de gastos, situação do patrimônio, dívida ativa, dívida passiva, situação do estabelecimento, condições do Hospital, lista de enfermos, número de mortos, pessoas sepultadas no cemitério, pensionistas e expostos.

Em relação aos expostos, visualizamos em relatório do ano de 1875, redigido pelo padre Lindolpho José Corrêa das Neves:

Existem actualmente 11 expostos, número que não é excessivo para a população. Tinham passado do anno Compromissal, atrazando 11, e durante o findo nenhum entrou. Continuo a observar o mesmo zelo e dedicação da parte das createiras.

Todos os expostos são bem tractados, e alguns frequentam ás escolas.

Sem querer renovar as considerações que tenho feito em outros relatorios, sobre a necessidade de usar Hospicio para recolhimento dos expostos, e educação das expostas, não posso deixar de insistir sobre a realização d'esta Idea de grande alcance para o futuro.

No anno findo foram distribuidos entre elles roupas. Vae casar uma exposta, e nós, possuidos do verdadeiro espírito de charidade, doamos um pequeno auxilio para as despesas.

Nesse sentido, destacamos três aspectos importantes no discurso do provedor: a influência do dote na sociedade, o sentimento de gratidão à atuação das createiras e a necessidade de melhores condições para os cuidados com os expostos.

Em geral, havia um cofre destinado ao recolhimento de órfãs, habitualmente pobres, assim como das expostas criadas nas Santas Casas; esse cofre era mantido através de doações. Assim, dote e honra eram aspectos que convergiam para a destinação ao casamento.

Segundo Gonçalves (1987, p.42),

O regime de casamento prevalente, na colônia e em parte do século XIX, estava conduzido por meio de relações de interesse; pela aliança se garantia a perpetuação e crescimento do patrimônio econômico e social da família. A instituição do dote adquiria importância na regulação das trocas matrimoniais. A mulher sem dote estava provavelmente fadada ao não-casamento.

Em relação às createiras, algumas considerações devem ser feitas. Os expostos eram entregues a Irmãs e a Mordomos. As Irmãs não eram necessariamente freiras; as “createiras”, como conhecidas, eram mulheres em sua maioria pobres que tinham a função de cuidado com as crianças. Muitas também assumiam a criação de mais de uma criança. Frequentemente, encontramos documentações em que elas eram bastante elogiadas pelos provedores, sendo consideradas abnegadas e virtuosas, exemplos a serem seguidos.

De acordo com Nóbrega e Mariano (2009), há relatos de createiras que se apegavam de tal modo aos seus filhos de criação que se mostravam consternadas ao presumirem que poderiam ser retirados de seus cuidados. Os autores trazem o exemplo de uma createira, de nome Joanna, que renunciou à mensalidade recebida pela criação da exposta Maria, dando continuidade aos seus cuidados gratuitamente.

Em relação à educação, as crianças recolhidas não recebiam educação regular. Como é afirmado no relatório, apenas “alguns frequentam as escolas”. A falta de um colégio de

órfãos, e de um local apropriado para as órfãs, eram reclamações recorrentes nos textos dos relatores.

No relatório do ano de 1876, ainda sob a responsabilidade de Lindolpho José Corrêa das Neves, podemos perceber observações semelhantes ao ano anterior:

Existem actualmente seis expostos, cinco do sexo fiminino, e um do masculino. Apesar da economia, que me tenho imposto, ainda não recusei, e nem Deus permitta, que me seja obrigado a recusar socorros a qualquer infeliz, a quem os carinhos maternas faltam entrar na vida, entretanto, em consequencia da diminuição da subvenção provincial, contra o costume adoptado por esta Administração, foi mister suspender os socorros a três expostos, que tinham completado a idade. Não deixamos, porem, de auxiliar o casamento de uma outra, que tomou esse estado.

Existem, entregues a zelosas criadeiras, **nove** expostos, que continuam a ser supridos por este Pio Estabelecimento.

Só tenho motivos de louvor a essas caridosas mulheres, que se encarregam desses infelizes, abandonados por mães desnaturadas, as quais substituem completamente estas.

Morrendo no Hospital famílias inteiras, deixando apenas um, ou dous filhos de menor idade, ou filhas honestas, tenho-as conservado ali até que seja possivel assegurar-lhes um futuro honesto.

Esse infelizes reclamão seria attenção da parte desta Administração.

Gastou-se no anno findo com o tratamento e vestuario a quantia de

Lindolpho (1878)

Durante o período de um anno, que hoje finda, somente a 21 de junho último uma criança foi exposta no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, e baptisada com o nome de Pedro, foi entregue a criadeira Francisca Maria do Carmo.

Sob a proteção desta Pia Instituição ficão sendo criados 8 expostos mediante a dispesa de

Com o meu digno antecessor repetirei= só tenho motivos de louvor as caridosas mulheres que se encarregão desses infelizes, abandonados por mães desnaturadas, as quais substituem completamente estas.=

No Hospital existem 41 crianças, sendo 16 do sexo masculino e 26 do sexo feminino.

Se não são expostos, são desvalidos, as quais a Caridade da Misericordia não devia abandonar, e entregar a miseria e a morte. Sem pais ou parentes conhecidos, e ainda em pouca idade, entendi dever conserval-os em quanto se lhes possa dar conveniente destino, depois que attingirem a idade em que possam se quizer encarregar, sendo actualmente, alimentados pela receita dos socorros públicos, visto serem todos elles filhos de tantos infelizes que, obrigados pela secca, tem procurado esta Capital e abrigado-se no mesmo Hospital.

Seja-me permitido repetir ainda o que pus a Presidencia da Provincia no 1. De outubro do anno que findou: “ que esta Provedoria encareça a criação de Asylos para a infancia desvalida” onde se deverão abrigar tantas crianças e menores de ambos os sexos filhos de nossos irmãos, acabrunhados pela secca e pela fome que assolão

esta Província e que foram obrigados a deixar suas residências em procura dos socorros públicos.

“Semelhantes instituições salvarão o futuro de tantos infelizes que vivem entregues à ociosidade, à ignorância e aos maus costumes sendo vítimas até da especulação vergonhosas e inconfessáveis.

“Estas instituições estão compreendidas na liberal e patriótica disposição do §3 do Art. 179 da Constituição Política do Império, e pela verba = Socorros públicos = muito se poderá fazer em benefício desta Província.

“Esta Provedoria se não iniciou a criação de instituição tão importante foi por que compreendeu que não tinha receita para despesas semelhantes; porém lamenta o abandono em que permanecem tantos inocentes 1879 Benjamim Franklin de Oliveira e Melo

## **Considerações Finais**

Por ainda encontrar-se em fase inicial, este projeto tenderá a sofrer reformulações, a fim de melhor abarcar o objeto, as fontes e os referenciais teóricos.

Trabalhar com história das mulheres, relacionando-a a outros aspectos como família, infância e maternidade é um território amplo, que pode ser escorregadio e capcioso. No entanto, é enriquecedor e elucidativo, e é essa riqueza de possibilidades que pretendemos imprimir neste estudo.

Descontinuidade dos discursos : abrangentes, balizados pela ciência, mas restritos pela religião.

Desse modo, antecedendo à prática do aborto, do abandono de crianças e do infanticídio, até os atos daqueles indivíduos e instituições que, de um lado, acolhiam as crianças e, de outro, repreendiam as mulheres, havia uma teia de relações sociais significativas. Estas se revelam passíveis de estudo, na medida em que se apresentam como determinantes na vida e na morte de mulheres e crianças.



## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Mães, esposas, concubinas e prostitutas**. Rio de Janeiro: Seropédica/EDUR, 1996.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (et al). **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.53-66.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. João Pessoa: Ex Libris, 1982.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução: Dora Flakman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **La femme indépendante**. Paris: Gallimard, 2008.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil: século XIX. **Cadernos de saúde pública**, vol.7 n.2 Rio de Janeiro Abr./Jun 1991. Disponível em: <  
[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1991000200002&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1991000200002&script=sci_arttext&tlng=en)  
> Acesso em: 12 mai 2012.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T.L.; MARCHANT, A. (Eds.). **Brazil, portrait of a continent**. New York: The Dryden Press, 1951. Disponível em:  
<[http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/brazilian\\_family.pdf](http://www.bernardojablonski.com/pdfs/pos/brazilian_family.pdf) > Acesso em: 6 jun 2012.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. **Livro Primeiro**, Título XI, § 40, p. 17.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENANCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil (séculos XVIII-XX). São Paulo: Alameda/ PUC Minas, 2010, p.81-98.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 25. ed. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008b.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 38. tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (et al). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.37-52.

IGREJA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA. **Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia**, 1874.

\_\_\_\_\_. **Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia**, 1889.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NÓBREGA, Michael Douglas dos Santos; MARIANO, Serioja Rodrigues. Pobres crianças enjeitadas: o cotidiano dos expostos na Santa Casa da Parahyba (1857-1874). In: II SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2009. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt10/9.pdf>> Acesso em 28 ago. 2011.

PARAÍBA. **Livro de leis e decretos 1860-1861**. João Pessoa: Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego (Arquivo histórico Waldemar Duarte).

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003. p.13-28.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (et al). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.25-36.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LISBOA. **História: século XV e XVI**. Disponível em: <<http://www.scml.pt/default.asp?site=historia>> Acesso em :10 mai 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: 385 anos**. João Pessoa: Santa Marta, 1987.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.275-296.